



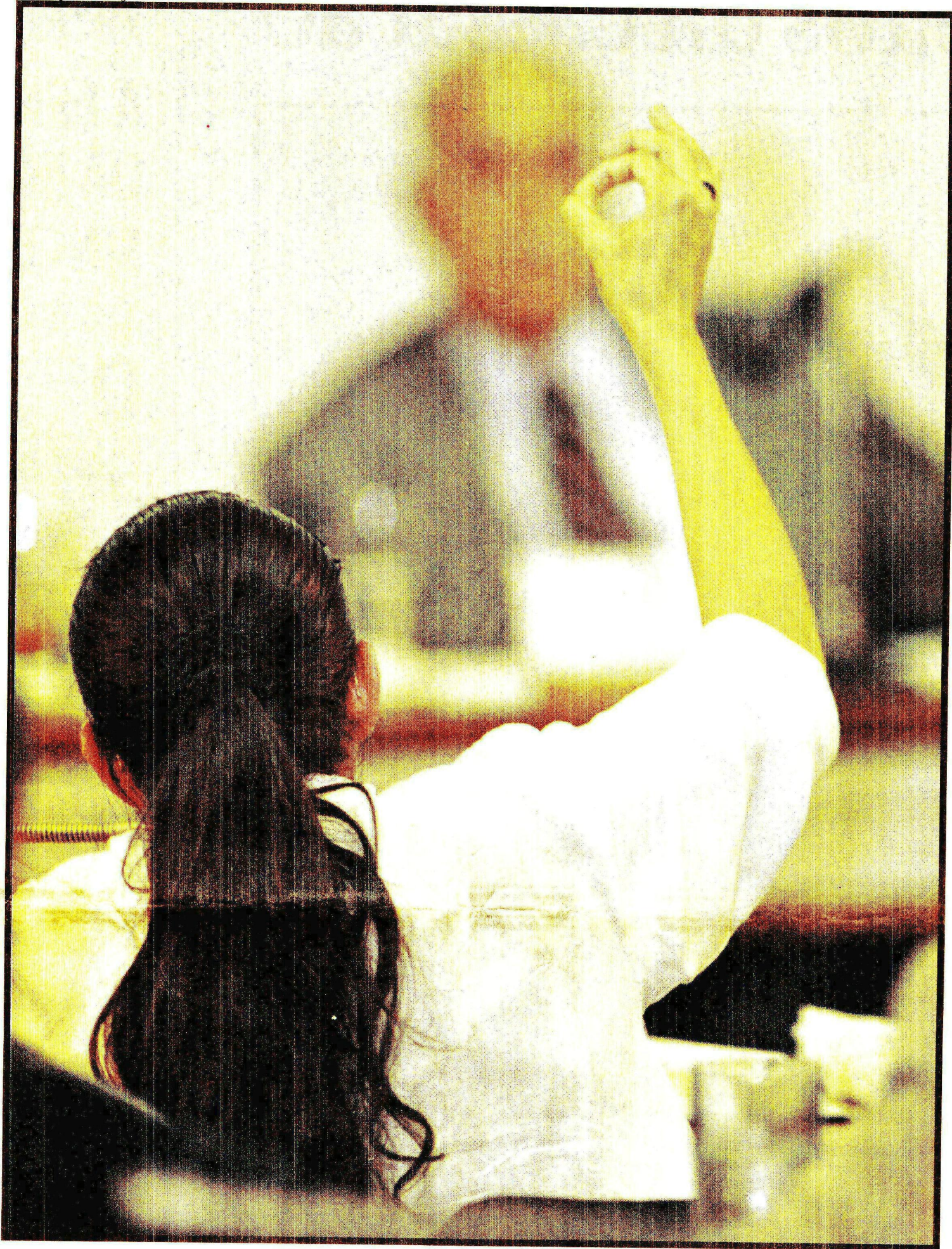
SENADO EM CRISE

Ex-presidente do Senado seguiu à risca o *script* que planejou para a sua defesa. Não chegou a passar apuros porque não foi atacado diretamente, mas viu-se obrigado a recuar frente ao depoimento de Heloísa Helena

ACM dá show sem brilho

Olimpio Cruz Neto e
Denise Rothenburg
Da equipe do Correio

Joel Rodrigues / Photo Agencia



A PETISTA HELOÍSA HELENA, CARA A CARA COM ANTONIO CARLOS MAGALHÃES: "A MINHA HISTÓRIA NÃO ACEITA QUE FIQUE REFÉM DE SUA MEMÓRIA"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), um dos mais influentes políticos do Brasil nas últimas três décadas, viveu ontem um dia difícil. Logo pela manhã, em seu apartamento na 309 Sul, recebeu assessores e advogados. Repassou todo o seu depoimento, cuidadosamente preparado nos últimos três dias. Sabia que seria o dia mais importante da sua vida. Em jogo, o seu mandato político.

As 14h33, entrava no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, pronto para dar suas explicações ao Conselho de Ética. "A verdade", como havia prometido na véspera. Tudo sobre a sua participação no caso da violação do painel eletrônico da sessão que cassou, em 28 de junho de 2000, o mandato de Luiz Estevão.

Nada de surpresas em seu longo depoimento de quase seis horas, que paralisou o poder. Antonio Carlos seguiu o *script* direitinho. Risonho, demonstrando tranquilidade, cumprimentou o presidente do Conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), acenou para os correligionários, piscou para outros.

O senador baiano lembra de sua vida como político, iniciada há quase 50 anos, listando todos os cargos que ocupou. De deputado estadual na Bahia até ganhar nas urnas o mandato de senador. E começa num tom solene: "Aqui estou, hoje, atendendo ao Conselho de Ética do Senado para tratar da violação do painel eletrônico confirmada por laudo da Unicamp". O silêncio da audiência é quase assustador. Ouvem-se apenas os disparos das máquinas fotográficas e o murmurinho dos jornalistas. ACM continua. Fala do primeiro laudo da Unicamp, que não apontava a violação do painel. E lembra que mesmo confirmada a retirada da lista de votação daquela sessão histórica, o laudo não atestou que o resultado foi fraudado. "Isso é muito importante", frisa.

A partir daí, Antonio Carlos recorre ao depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges e ao discurso do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), na última segunda-feira. Ambos confessaram que o painel foi violado e que ele, Antonio Carlos, não havia dado uma ordem direta para que isso fosse feito.

Aí estava a espinha dorsal de seu depoimento, uma defesa técnica. Próximo à mesa onde Antonio Carlos estava depondo, o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernicchiaro acompanha atentamente, e em pé, as palavras do seu cliente. "Todos que me conhecem. Até meus adversários sabem que não delego a ninguém falar em meu nome. Mesmo meus adversários mais ferrenhos jamais puderam acusar-me disso", afirma o senador baiano, com a voz pausada e tranquila.

Regina dissera que foi procurada pelo ex-senador tucano a pedido de ACM. O ex-presidente do Senado nega. Lembra que a própria Regina não ouviu a ordem saindo de sua boca. "Meu nome foi usado sem meu consentimento e conhecimento". Quando falou na tribuna, Arruda disse que também não pediu. Alegou que fizera apenas uma "consulta" com a "incumbência" de Antonio Carlos.

Recorrendo, ainda, às próprias

palavras de Regina, durante o depoimento prestado ao conselho na semana passada, ele fala dos encontros depois da violação do painel. Cita a ligação telefônica que ele fizera a Regina e que, segundo ela e Arruda, teria agradecido o serviço depois de receber a lista com os votos.

ESCÂNDALO

Recorre ao relato de Arruda, em seu segundo discurso na tribuna do Senado. "Ele (Arruda) insistiu para que eu fizesse uma ligação à doutora Regina", diz. "Pedi uma das minhas secretárias que fizesse a ligação, transferida diretamente para ele, que me passou o telefone. Disse-lhe algo assim: A senhora tem serviços prestados ao Senado. Não fique nervosa". Segundo Antonio Carlos, a conversa durou 34 segundos. Ao longo dos últimos dias, ele negara que tivesse conversado com Regina ao telefone.

Antonio Carlos chega então à segunda questão de sua defesa, questionada por diversos senadores. "Por que não tomei provi-

dência diante de uma lista conseguida de modo irregular?", pergunta-se, tentando se antecipar à platéia. Ele explica que chegou a pensar muito naquela ocasião. "Achei pior para o Senado fazer qualquer acusação e, mais do que isso, provocar dúvidas sobre a lisura de uma votação correta."

"Fui omissos? Se houve omissão, devo assumi-la, em defesa do Senado Federal", declara, sempre alegando razões de Estado. Diz que, logo em seguida, após a saída de Arruda de seu gabinete, naquela noite do dia 28 de junho, tomou uma decisão, solitária: "Destruí a lista. Não a tenho. Tive, sim, a oportunidade de mantê-la e não quis".

Depois desses esclarecimentos, Antonio Carlos vê-se na mira dos senadores presentes. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) arma, então, o anti-climax para o *script* de ACM. Sugere que a sessão seja suspensa e Antonio Carlos vá buscar a lista: "A minha história não aceita que fique refém de sua memória", desabafa, emocionada, a ex-líder do PT. No fundo do plenário, a também petista

Marina Silva (AC) chora.

ACM não se comove. Diz que não tinha a lista e, mesmo que tivesse, não a revelaria. "Seria um crime", responde. "O que posso dizer é que a senhora era pela cassação. Não acredito que tenha votado em favor de Luiz Estevão. Serei seu defensor". A senadora apenas fuzila Antonio Carlos com os olhos.

O relator do processo, Saturnino Braga, é quem toca pela primeira vez no ponto que os senadores consideram mais frágil de toda a argumentação, ao comparar o temperamento rigoroso à falta de providências. "O senhor disse que quis preservar a validade da votação, poderia ao menos ter advertido Arruda. É difícil acreditar que o senhor nada tenha feito". ACM refuta: "Eu não ia fazer um escândalo contra o Senado".

ACM só sai do seu roteiro, quando o senador Antero de Barros (PSDB-MT) pergunta sem rodeios: "Vossa Excelência prevaricou?". O senador baiano é ríspido e altera o tom de voz. "Não vou permitir que Vossa Excelência ache que eu sou um

prevaricador", responde. "Vossa Excelência sabe que está sendo televisionado. Para que, então, dizer uma coisa que ofende a minha moral? E a minha moral não pode ser ofendida. Eu procedi em defesa da instituição pela qual vossa excelência deve zelar tanto quanto eu". A prevaricação é apontada pelo Código Penal como todo o crime cometido por funcionário público que deixa de tomar providência ou agir para sanar algo ilícito.

Também passa um aperto quando é questionado pelo gaúcho Pedro Simon (PMDB), seu velho adversário. "Vossa Excelência talvez tenha cometido um dos maiores equívocos de sua vida", provoca Simon, encenando a reação de ACM, que deveria ter convocado os líderes dos partidos, quando recebeu a lista, o que não fez. Segue-se um bate-boca. ACM retruca: "Não adianta gesticular e bater na mesa. Fique mais calmo".

Antonio Carlos tenta mostrar serenidade ao sair do depoimento. "Fiz um depoimento verdadeiro, que deve ter convencido. Só falei a verdade".